



Prevcummins



Relatório
Anual

2017

| Índice

- 3 Administração da Prevcummins
- 4 Principais Acontecimentos
- 7 Educação Financeira
- 8 Educação Previdenciária
- 9 Qualidade de Vida
- 10 Prevcummins em Números
- 11 Rentabilidade
- 12 Resumo do Demonstrativo de Investimento
- 14 Nível de Adesão e Contribuição ao Plano 2017
- 15 Participantes
- 16 PGA - Plano de Gestão Administrativa
- 17 Administração Externa
- 18 Política de Investimentos para 2018
- 19 Demonstrações Financeiras
- 26 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
- 46 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis
- 49 Parecer Atuarial
- 58 Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo
- 59 Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal
- 60 Ata da Reunião Ordinária da Diretoria Executiva
- 62 Glossário

Mensagem da Diretoria

Caro Participante,

Apresentamos a você o Relatório Anual 2017 da Prevcummins. Nele você encontrará informações relevantes relacionadas à performance de seu Plano de Benefícios, bem como ao trabalho desempenhado pela Entidade no período.

Em 2017 pudemos ver o fim da recessão que assolava o país havia três anos, mas mesmo assim os números que apontavam para uma maior recuperação econômica não se afirmaram. Os indicadores são de que a recuperação da economia virá, mas em um prazo mais longo. A tendência de crescimento para 2018 é maior, com a inflação sob controle e a taxa de juros em constante queda. Mas índices, como os de desemprego, bastante altos, mostram que o ano ainda pode nos trazer surpresas do ponto de vista econômico.

Mesmo em um cenário repleto de incertezas, a atuação da Prevcummins no ano anterior mostrou-se acertada, o que contribuiu para a obtenção de resultados satisfatórios. O desempenho dos investimentos da Entidade, em 2017, alcançou a rentabilidade de 10,05%, com uma meta atuarial de 6,66%.

Neste ano de 2018 reafirmamos o nosso maior compromisso, que é apoiar o planejamento financeiro da sua aposentadoria, Participante, e para isso, trabalhamos com a máxima seriedade e transparência. Sabemos que os desafios continuam (e não serão poucos), e por isso mesmo nos mantemos em constante aprimoramento e, cada vez mais, preparados para buscar os melhores resultados em investimentos, visando manter, no futuro, a sua qualidade de vida.

Boa leitura!

A Diretoria

Administração da Prevcummins

Final do mandato: 31/03/2020

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULARES

SUPLENTES

Willy Der Z. Schwarzwaldler Presidente	Luis Afonso Pasquotto	Indicados pela Patrocinadora
Silvana Regina de Oliveira	Patricia Ulian	
Luiz Tadashi Yamashita	Marcelo A. Soares Pereira	Eleitos

CONSELHO FISCAL

TITULARES

SUPLENTES

Mirian Midori Kina Presidente	Fábio Akio Tomizuka	Indicados pela Patrocinadora
Roseli Gomez Fernandes Corso	Claudia Cristina Amatruda	
Jonas Miguel	Marco A. A. Pinheiro	Eleitos

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORES

RESPONSABILIDADES

Ronaldo de Andrade Florido	Superintendente e AETQ
Angélica Alves de Araújo	Diretora Administrativa
Delany Kellen Santos Cutrim da Rocha	Diretora de Comunicação
Laurinete Paganotti Resende	Diretora de Benefícios e ARPB

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Willy Der Zweite Schwarzwaldler	Luiz Tadashi Yamashita
Marcelo A Soares Pereira	Ronaldo de Andrade Florido
Angélica Alves de Araújo	Adriana Martineli Barbosa
Wallace Rogério Pacioni Pinto de Faria	Oswaldo Baratela Filho

Principais Acontecimentos

MAR**RENDA VARIÁVEL**

Rescisão contratual com o gestor GUEPARDO e contratação de novos gestores: APEX e OCEANA.

30 anos de Prevcummins - neste período foram muitos benefícios pagos e hoje celebramos com quase 1.700 Participantes atuais, que serão futuros beneficiários da Entidade. Parabéns Prevcummins!

ABR**JUL**

Aprovação pela PREVIC do novo Regulamento do Plano de Benefícios, contemplando duas importantes alterações: implantação dos Perfis de Investimentos e Nova Tabela de Senioridade.

NOV

Início do ciclo de palestras de Educação Financeira com foco na implantação dos Perfis de Investimento, bem como destacando as principais alterações no Regulamento do Plano de Benefícios Prevcummins.

Lançamento dos Perfis de Investimento Prevcummins

No dia 23/11/2017, no hotel Pullman em Guarulhos, foi realizado um evento que marcou a história da Prevcummins: o lançamento dos PERFIS DE INVESTIMENTO.

A programação contou com palestras de Willy Der Zweite Schwarzwaldler (Presidente do Conselho Deliberativo), Ronaldo de Andrade Florido (Presidente Diretoria Executiva), Angélica Alves de Araújo (Diretora Administrativa), Delany Rocha (Diretora de Comunicação) e da consultoria JCMB.

O Presidente do Grupo Cummins no Brasil, Luis Afonso Pasquotto gravou um vídeo depoimento especial para o evento.



Kit Perfis de Investimento distribuído aos Participantes durante o ciclo de Palestras sobre o tema.



Pencard com Material Explicativo, Regulamentos e vídeo explicativo.



Educação Financeira e Previdenciária

O Programa de Educação Financeira e Previdenciária 2017 trouxe várias ações de comunicação, por meio de diferentes canais. Através de boletins, fascículos, site, fanpage, palestras, buscamos reportar as novidades com maior clareza, fornecer dicas importantes, relacionadas ao planejamento financeiro e ao Plano Precvumins.

Reveja a seguir as matérias que foram publicadas no Boletim Precvumins Notícias 03 – Agosto de 2017, sobre Educação Financeira, Educação Previdenciária e Qualidade de Vida.

Boa leitura!

| Educação Financeira

Que tal começar sua reserva de emergência?

Mesmo com as contas rigorosamente em dia e com seu orçamento organizado, há momentos na vida em que o bolso sente certo impacto, geralmente causado pelos gastos extras.

Uma falha mecânica do seu carro, manutenção da casa, problemas de saúde na família, enfim, diversos fatores que podem levar você a despende de uma quantia considerável quando menos se espera.

O gasto inesperado nem sempre precisa ser ruim! Pode aparecer uma excelente oportunidade de treinamento que você não quer perder, uma viagem de intercâmbio para o seu filho... Exemplos não faltam!

Para se garantir neste tipo de situação, é preciso se planejar, construindo uma reserva de emergência.

COMO FAZER?

Montar uma reserva de emergência exige tempo. Primeiro, reveja seu orçamento, analise bem suas despesas e verifique se há algum gasto que pode ser reduzido, ou mesmo eliminado.

Não espere o mês terminar para você guardar o que restar. Poupe esse dinheiro logo que receber seu salário, como se estivesse pagando uma conta para si mesmo. Planejadores financeiros recomendam guardar mensalmente 5% a 10% da sua renda, mas tudo depende da sua realidade e de seus objetivos. Estabeleça este percentual e comece o quanto antes.

O importante, ao poupar, é ser disciplinado, cumprindo sua meta regularmente. Opte por investir o dinheiro guardado em uma aplicação de baixo risco e alta liquidez (ou seja, que possa ser resgatada facilmente, e sem perdas, caso você precise).

A reserva de emergência tem outra finalidade de grande relevância, além de proteger seu orçamento. Ela preserva também o seu patrimônio, evitando que você tenha o impulso de mexer em sua poupança de longo prazo, ou deixar de fazê-la sempre que precisar de dinheiro.



LEMBRE-SE!

O dinheiro que você guarda para o futuro, contribuindo mensalmente, conta com o fator tempo e o efeito dos juros ao longo dos anos para crescer, além do seu esforço de poupança, obviamente.

Por isso, preserve-o para esse futuro. Tenha por meta ampliar esse montante e opte por construir uma reserva de emergência, para que seu presente se torne mais tranquilo e seguro. Bom planejamento!

| Educação Previdenciária

Aposentadoria: tempo pode ser o seu maior aliado!

Quanto antes você começar a poupar para a sua aposentadoria, melhor! É possível juntar recursos aos poucos, sem deixar de cumprir obrigações financeiras ao longo da vida e, também, conciliando seus sonhos de curto e longo prazo, como viajar, comprar carro, imóvel etc..

Os mais jovens têm uma grande vantagem neste planejamento. No entanto, pensar nesse assunto assim, faltando tantos anos para se aposentar, exige muita disciplina e determinação.

Guardando um pouco de dinheiro todo mês, você vai colher bons resultados no futuro. Além de ter os juros trabalhando para você, o prazo maior de acumulação permite compor um portfólio de investimentos que inclua opções mais arriscadas, na intenção de obter maior rentabilidade, pois poderá corrigir eventuais perdas no caminho, caso ocorram.

Para se inspirar em seu planejamento, defina seu propósito: como você se imagina na aposentadoria? Quer abrir uma empresa, viver no campo, viajar o mundo, velejar, curtir os netos? Seja qual for o seu objetivo, qualquer escolha exige um planejamento financeiro mínimo até chegar onde deseja.

A Previdência Social não pode, e nem deve, ser sua única opção de renda ao se aposentar. Para garantir tranquilidade nessa etapa da vida, é preciso constituir uma boa reserva financeira.

COMEÇANDO TARDE?

Não há motivo para desanimar. Organize muito bem seu orçamento, corte alguns gastos em casa, reveja prioridades, para assim poupar o máximo que puder. Ter consciência da importância deste tema já é o primeiro passo.

Siga em frente!



| Qualidade de Vida

Meditação:

alguns minutos por dia podem mudar a sua vida



Diante da correria do dia-a-dia, é preciso encontrar formas de lidar com o estresse, cada vez mais presente em pessoas de todas as idades.

Silenciar, respirar, renovar as energias. A meditação traz muitos benefícios, tanto para o corpo quanto para a mente. Conheça-os e inspire-se!

- Ajuda a relaxar o corpo, combatendo dores musculares;
- Desenvolve compreensão emocional, combatendo a impulsividade;
- Aumenta a clareza de raciocínio, facilitando a tomada de decisões;
- Amplia a intuição e seu nível de concentração;
- Proporciona autoconhecimento e bem estar;
- Melhora a atividade cerebral e sua memória;
- Expande a criatividade;
- Ajuda a fortalecer seu sistema imunológico;
- Proporciona uma visão mais positiva da vida;
- Melhora a circulação sanguínea;
- Combate a insônia;
- Proporciona disposição e aumenta a produtividade;
- Ajuda no controle da ansiedade;
- Retarda o processo de envelhecimento.

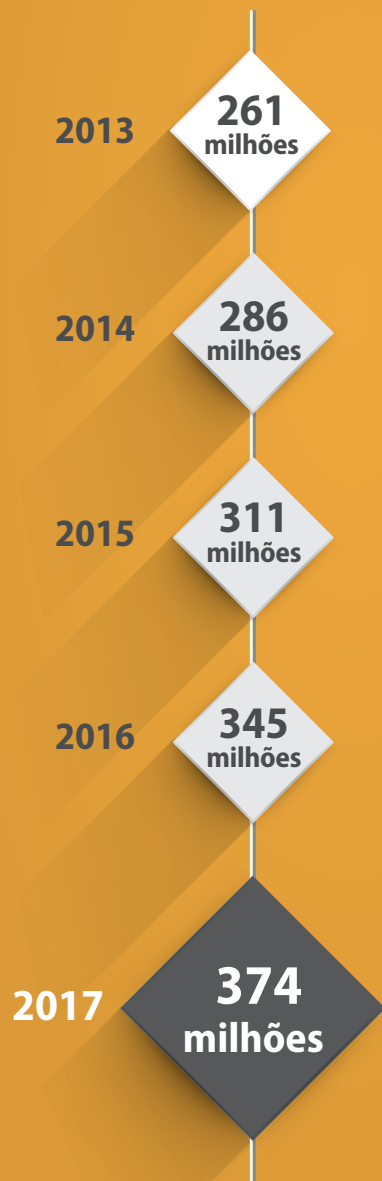
O QUE ACONTECE DURANTE A MEDITAÇÃO?

- **Respiração**
Com exercícios simples, você aprende a tranquilizar corpo e mente, respirando de forma pausada e profunda.
- **Postura**
Espinha ereta e coração tranquilo, gerando bem estar e relaxamento ao seu corpo.
- **Autocontrole**
Experimente silenciar seus pensamentos, dando espaço para sua sensibilidade e consciência.
- **Autoconhecimento**
Com a meditação, você começa a expandir seus horizontes, explorar melhor seus propósitos e objetivos, conhecendo-se mais e sentindo-se mais forte.

Prevcummins em Números

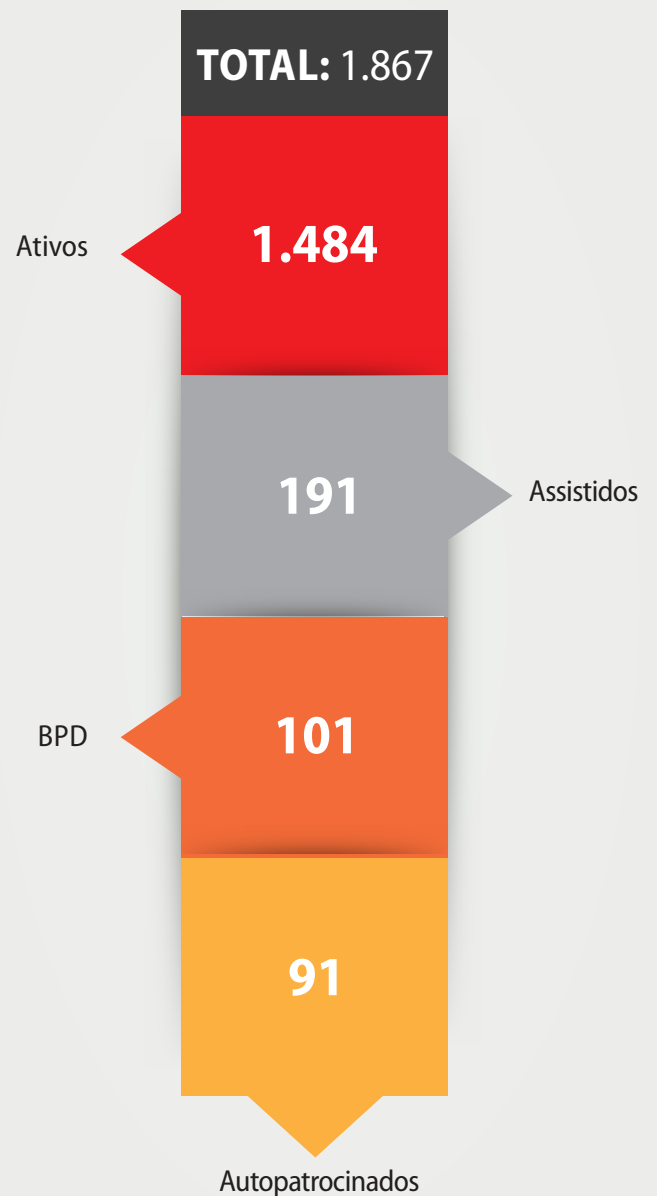
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

Em R\$



PARTICIPANTES

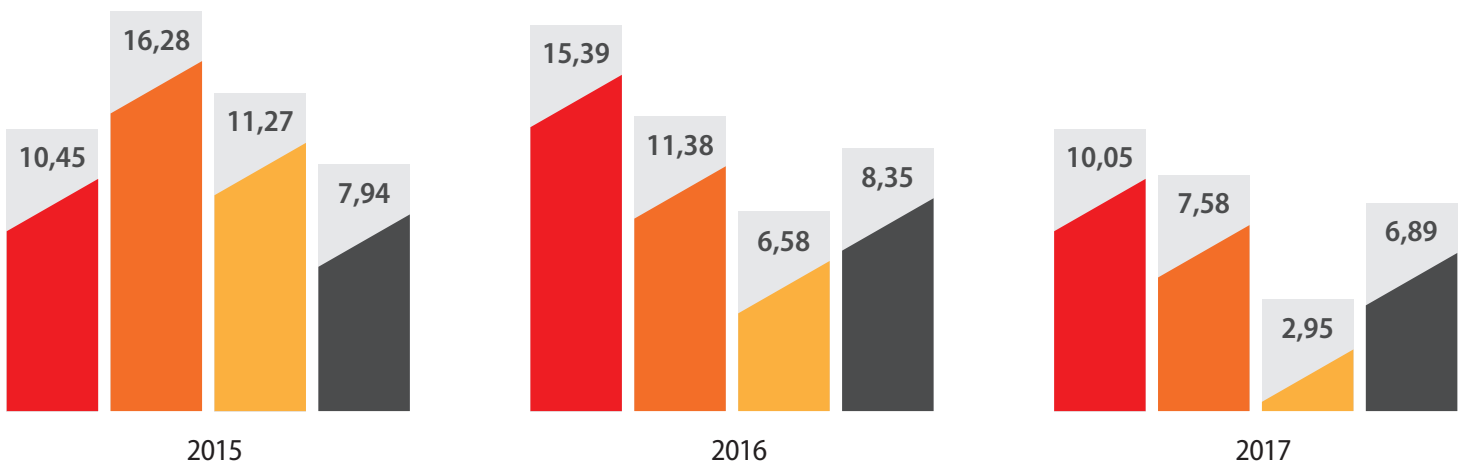
Posição em Dezembro/2017



Rentabilidade

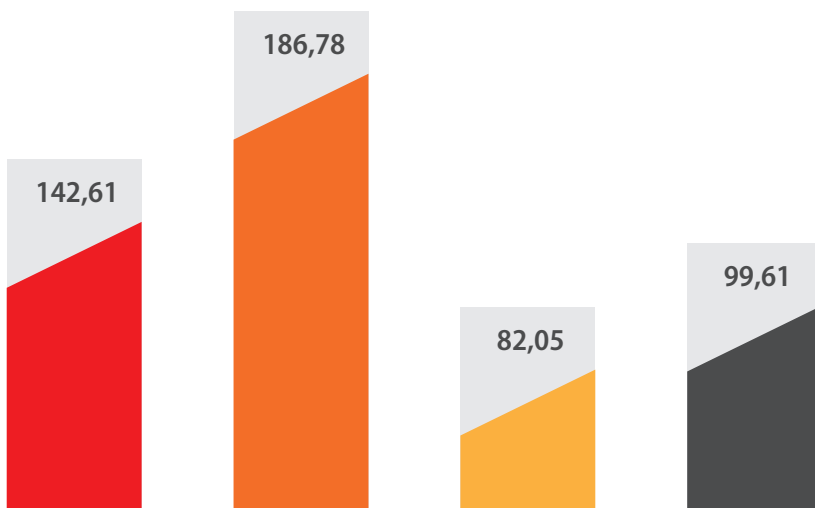
Os Participantes do Plano de Contribuição Definida da Prevcummins tiveram o Patrimônio reajustado em 10,05% acumulados de janeiro a dezembro de 2017.

ACUMULADO ANO A ANO (%)



ACUMULADO NO LONGO PRAZO (%)

Período: 2008 - 2017



Resumo do Demonstrativo de Investimentos

POSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

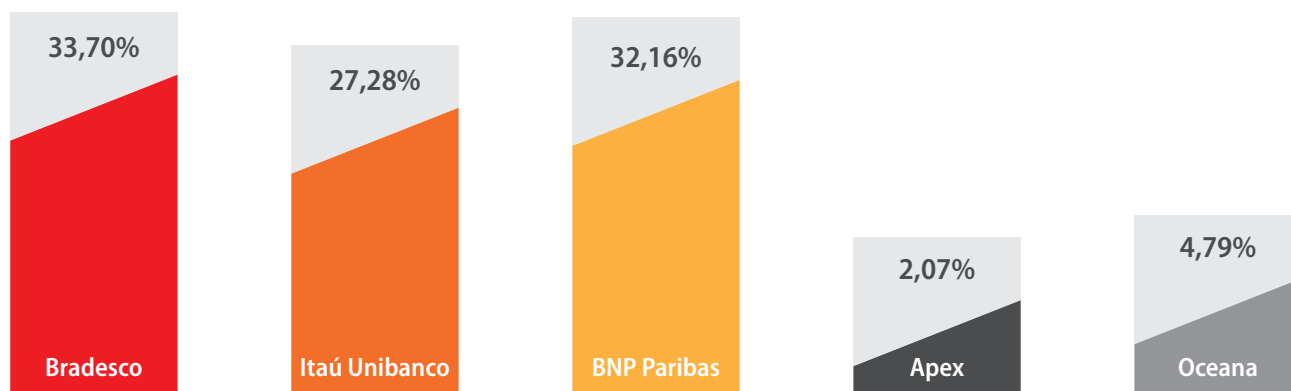
Distribuição da carteira de investimentos por gestores e segmentos de aplicação (31/12/2017)

INVESTIMENTOS	BRADESCO		ITAÚ-UNIBANCO		BNP PARIBAS		APEX		OCEANA	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
RENDA FIXA	125.709	100	101.772	100	120.005	100	-	-	-	-
RENDA VARIÁVEL	-	-	-	-	-	-	7.724	100	17.885	100
TOTAIS	125.709	100	101.772	100	120.005	100	7.724	100	17.885	100
PERCENTUAL POR GESTORES		33,69		27,28		32,16		2,07		4,79

INVESTIMENTOS	CARTEIRA TOTAL		LIMITES DA POLÍTICA INVESTIMENTOS
	R\$ MIL	%	
RENDA FIXA	347.486	93,14	Até 100%
RENDA VARIÁVEL	25.609	6,86	Até 30%
TOTAL	373.095	100,00	

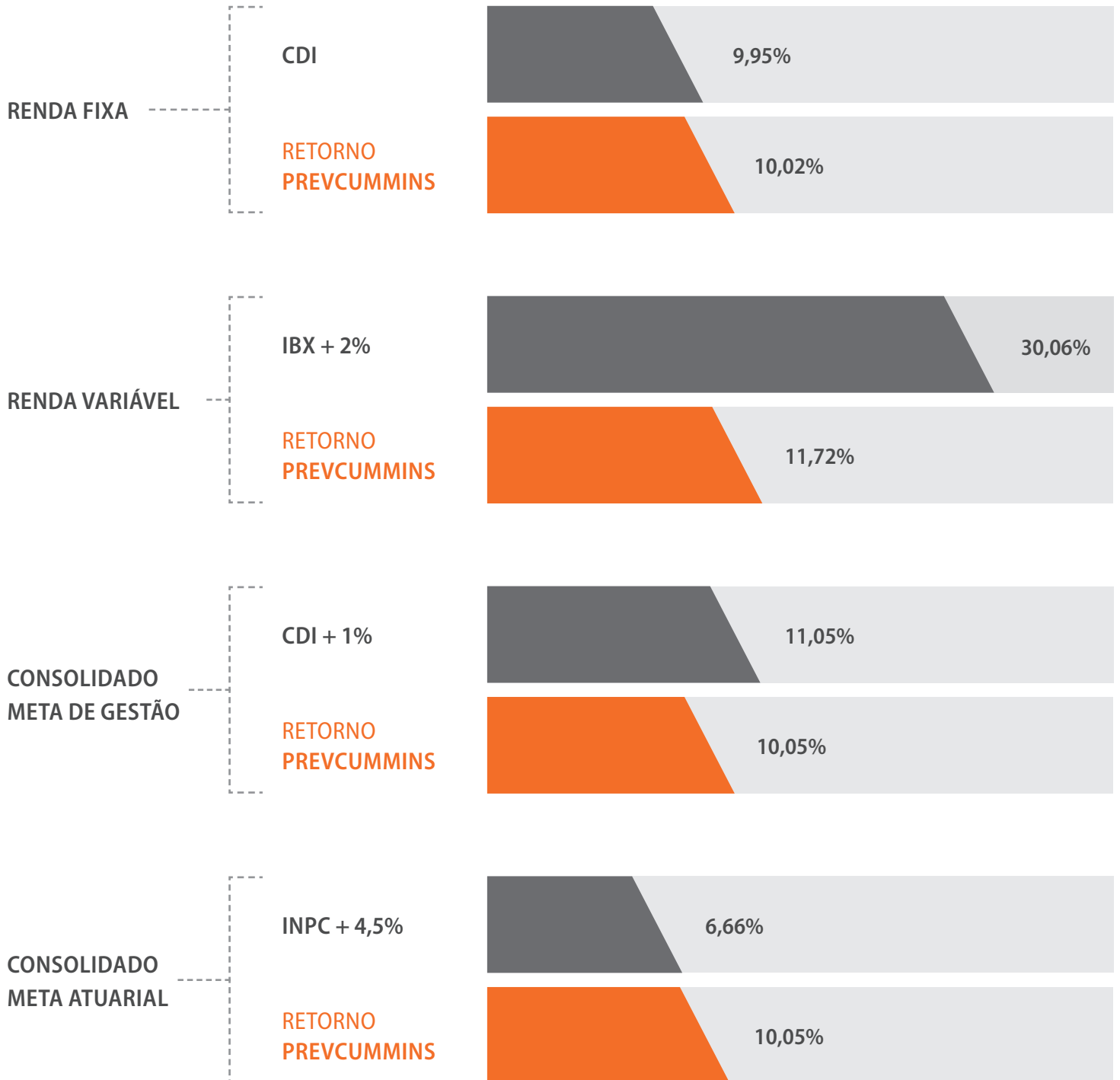
Legislação Atual CMN 3.792/09.

PARTICIPAÇÃO DOS GESTORES NA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS



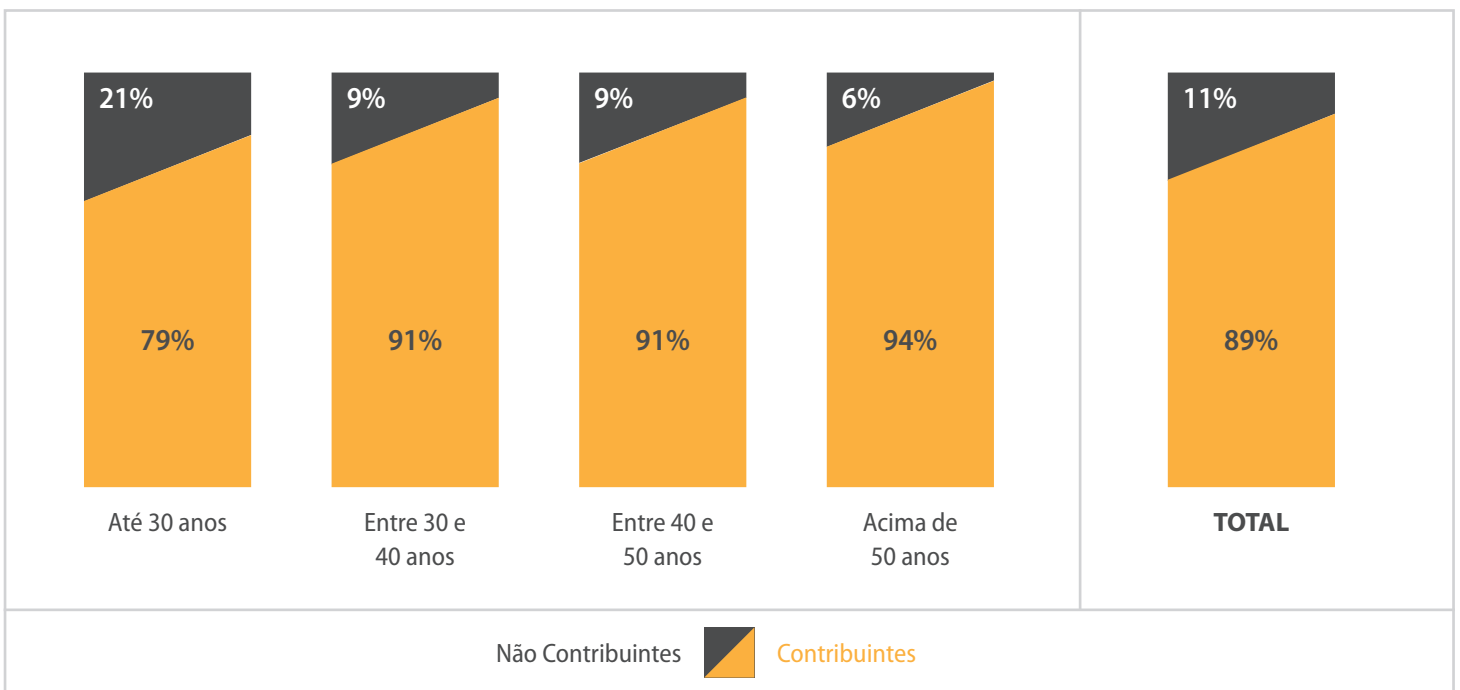
RENTABILIDADE DOS SEGMENTOS

Compare o retorno dos investimentos da Prevcummins com as respectivas unidades de referência (*benchmark*) para cada segmento de aplicação.



Nível de Adesão e Contribuição ao Plano 2017

	IDADE	TOTAL	%
Elegíveis a contribuir	< 30	73	79
Contribuintes		278	
% médio de Contribuição		4,48%	
Elegíveis a contribuir	30 a 40	63	91
Contribuintes		626	
% médio de Contribuição		4,51%	
Elegíveis a contribuir	40 a 50	34	91
Contribuintes		353	
% médio de Contribuição		4,50%	
Elegíveis a contribuir	> 50	7	94
Contribuintes		119	
% médio de Contribuição		4,53%	



Participantes

POSIÇÃO EM DEZEMBRO DE 2017	PATROCINADORAS				TOTAL	%
	CUMMINS	FILTROS	DISTRIBUIDORA	PREVCUMMINS		
PERFIL DOS PARTICIPANTES ATIVOS						
Empregados contribuintes	966	90	162	0	1.218	82
Empregados não contribuintes	126	18	31	0	175	12
autopatrocinados - Ex-empregados contribuintes	77	7	7	0	91	6
TOTAL	1169	115	200	0	1.484	100

POSIÇÃO EM DEZEMBRO DE 2017	BENEFÍCIO DEFINIDO*	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA			TOTAL	%
		CUMMINS	FILTROS	DISTRIBUIDORES		
PERFIL DOS PARTICIPANTES ASSISTIDOS						
Aposentadoria Normal	0	27	0	2	29	10
Aposentadoria Antecipada	5	124	0	5	134	46
Benefício por Invalidez	1	4	0	0	5	2
Pensão por Morte	4	19	0	0	23	8
BPD – Benefício Proporcional Diferido	0	86	7	8	101	34
TOTAL	10	260	7	15	292	100

* Benefício Definido – este Plano de Benefícios está fechado. Refere-se ao saldo remanescente de aposentados e pensionistas que recebem benefício na forma de renda vitalícia.



PGA

Plano de Gestão Administrativa

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS REALIZADAS EM 2017 NA ADMINISTRAÇÃO DA ENTIDADE

	2017	(%) SOBRE O PATRIMÔNIO
DESPESAS TOTAIS	2.529.865,02	0,67
Gestão Previdencial	2.084.861,29	0,56
*Pessoal e encargos - Pessoal Próprio	335.765,35	0,09
*Pessoal e encargos - Pessoal Cedido	570.435,56	0,15
Treinamentos/Congresso/Seminários/Certificações	14.447,46	0,00
Consultoria Atuarial e Jurídica	50.835,27	0,01
Recursos Humanos e Informática	60,59	0,00
Gestão / Planejamento Estratégico	627.409,39	0,17
Auditoria Contábil e outras	122.906,05	0,03
Despesas com correio	2.939,45	0,00
Contribuição a Associação de Classe	32.033,51	0,01
Materiais, Serviços e outras despesas	17.186,19	0,00
Propaganda / Publicidade / Comunicação em Geral	175.454,62	0,05
Despesas com Cartórios	2.695,53	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições e outros tributos	37.353,80	0,01
Tarifas Bancárias	5.470,79	0,00
Despesas com Restaurante	6.924,02	0,00
Custas Judiciais	297,00	0,00
Cummins - rateio de despesas diversas	54.146,91	0,01
Outras Despesas Previdenciais	341,01	0,00
Tributos - Pis/Cofins	28.158,79	0,01
Investimentos	445.002,85	0,12
Outras Despesas - Investimentos	0,88	0,00
MÉDIAS PER CAPITA	1.337,85	

* A partir de junho/2017 os funcionários da Entidade foram transferidos para a Patrocinadora, com isso as despesas passaram a ser contabilizadas na conta de Pessoal Cedido.

Administração Externa

Para execução de serviços imprescindíveis para o funcionamento de uma Entidade Fechada de Previdência Privada, em 31/12/2017 temos contratos firmados com as seguintes empresas:

EMPRESAS	SERVIÇOS
Banco Bradesco S.A.	Administração da Carteira de Investimentos
BNP Paribas Brasil S.A.	
Banco Itaú S.A. Itaúbanco	
Apex Capital	
Oceana Investimentos	
Santos & Bevilaqua - Sociedade de Advogados	Serviços Jurídicos, Tributários e Consultoria
KPMG Auditores Independentes	Auditoria Externa
Cummins Brasil Ltda - Patrocinadora	Compartilhamento de atividades e despesas.
IRON Mountain do Brasil Ltda.	Guarda de documentação
Arte da Criação Ltda. ME	Assessoria em Comunicação
Willis Towers Watson Consultoria Ltda.	Serviços Técnico-Atuariais
Luz Engenharia Financeira Ltda	Monitoramento de Gestão, Gerenciamento de Riscos e Consultoria Geral.
JCMB Junqueira de Carvalho, Murgel e Brito Consultores Associados	Consultoria - BPO
	Contabilidade - BPO
	Sistema de Gestão e Monitoramento dos Riscos e Controles (em atendimento a Resolução CGPC nº 13)

Política de Investimentos para 2018

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA		
	JAN -MAR/2018	A PARTIR DE ABR/2018*
Meta Atuarial do Plano	INPC + 5,07% a.a.	INPC + 5,07% a.a.
Objetivo de Retorno Renda Fixa – Fundos Multimercados	Maior entre CDI + 1% a.a. ou INPC + 5,07% a.a.	CDI + 0,50% a.a.
Objetivo de Retorno Renda Variável – Ações IBrX Ativo	IBrX100 + 2,00% a.a.	IBrX100 + 2,00% a.a.
Objetivo de Retorno Renda Variável – Investimentos Estruturados	150% do CDI	IHFA
Objetivo de Retorno Renda Variável – Investimentos no Exterior	100% do Índice S&P 500	MSCI Global
Benchmark – Renda Fixa – Fundos Multimercados	CDI	CDI
Benchmark – Renda Variável – Ações	IBrX100	IBrX100
Benchmark – Renda Variável – Investimentos Estruturados	Meta Atuarial (INPC + 5,07% a.a.)	IHFA
Benchmark – Renda Variável – Investimentos no Exterior	Meta Atuarial (INPC + 5,07% a.a.)	MSCI Global
Limite de Alocação em Renda Fixa – Fundos Multimercados	100%	Monitorados por perfil de investimento: Conservador 100% / Moderado 85% a 100% / Agressivo 70% a 100%
Limite de Alocação em Renda Variável – Ações	20%	Monitorados por perfil de investimento: Conservador 0% / Moderado 0 - 10% / Agressivo 0 - 20%
Limite de Alocação em Renda Variável – Investimentos Estruturados	20%	Monitorados por perfil de investimento: Conservador 0% / Moderado 0 - 2,5% / Agressivo 0 - 5%
Limite de Alocação em Renda Variável – Investimentos no Exterior	2%	Monitorados por perfil de investimento: Conservador 0% / Moderado 0 - 2,5% / Agressivo 0 - 5%
Limite de VaR Diário	1,20% a.d.	Monitorados por segmento de alocação: Renda Fixa: 0,40% a.d. / Renda Variável: 4,00% a.d. / Investimentos Estruturados: 2,00% a.d. / Investimentos no Exterior: 3,00% a.d.
Limite de Operações com Participantes	Não é permitido	Não é permitido
Limite Fiex	2%	Monitorados por perfil de investimento: Conservador 0% / Moderado 0 - 2,5% / Agressivo 0 - 5%
Limite Imóveis	Não é permitido	Não é permitido
Controle de Preservação de Capital	Não se aplica	Não se aplica

* Obs 1: A Entidade pode adotar uma banda de variação de 3% acima ou abaixo dos limites definidos para os segmentos em consequência da volatilidade do mercado

Obs 2: Os limites dados para Investimentos Estruturados e Investimento no Exterior nos Perfis Moderado e Agressivo, quando não utilizados em sua totalidade, poderão ser discricionariamente transferidos para os segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, não existindo a possibilidade de haver alavancagem na estratégia adotada pelo gestor.

Demonstrações Financeiras

Capacity planning
Branches



Balanço Patrimonial Ativo

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em R\$ mil)

Ativo	2017	2016
Disponível	4	2
Realizável	375.256	346.976
Gestão Previdencial	1.111	1.193
Gestão Administrativa	1.050	1.076
Investimentos	373.095	344.707
Fundos de Investimentos	373.095	344.707
Total do ativo	375.260	346.978
Passivo	2017	2016
Exigível operacional	529	591
Gestão Previdencial	171	295
Gestão Administrativa	356	294
Investimentos	2	2
Exigível contingencial	1.026	967
Gestão Administrativa	1.026	967
Patrimônio social	373.705	345.420
Patrimônio de Cobertura do Plano	372.115	342.841
Provisões Matemáticas	371.560	341.955
Benefícios Concedidos	120.877	111.135
Benefícios a Conceder	250.683	230.820
Equilíbrio Técnico	555	886
Resultados Realizados	555	886
Superávit Técnico Acumulado	555	886
Fundos	1.590	2.579
Fundos Previdenciais	688	281
Fundos Administrativos	902	2.298
Total do passivo	375.260	346.978

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração do Ativo Líquido

Plano de Benefícios PREVCUMMINS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em R\$ mil)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>Variação</u>
1. Ativos	373.878	345.717	8,15%
Disponível	4	2	100%
Recebível	2.013	3.490	-42,32%
Investimento	371.861	342.225	8,66%
Fundos de investimento	371.861	342.225	8,66%
2. Obrigações	173	297	-41,75%
Operacional	173	297	-41,75%
3. Fundos não previdenciais	902	2.298	-60,75%
Fundos administrativos	902	2.298	-60,75%
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	372.803	343.122	8,65%
Provisões matemáticas	371.560	341.955	8,66%
Superávit técnico	555	886	-37,36%
Fundos previdenciais	688	281	144,84%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	555	886	-37,36%
a) Equilíbrio técnico	555	886	-37,36%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	555	886	-37,36%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano de Benefícios PREVCUMMINS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em R\$ mil)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>Variacão</u>
A) Ativo líquido – início do exercício	343.121	307.660	11,53%
1. Adi�es	48.592	61.852	-21,44%
(+) Contribui�es	14.470	15.851	-8,71%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	34.122	46.001	-25,82%
2. Destina�es	(18.911)	(26.390)	-28,34%
(-) Benefícios	(18.487)	(25.298)	-26,92%
(-) Custeio administrativo	(424)	(1.092)	-61,17%
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	29.681	35.462	-16,30%
(+) Provisões matemáticas	29.605	36.132	-18,06%
(+/-) Fundos previdenciais	407	(1.023)	-139,78%
(+/-) Superávit/(Déficit) técnico do exercício	(331)	353	-193,77%
B) Ativo líquido – final do exercício (A+3)	372.802	343.121	8,65%
C) Fundos não previdenciais	902	2.298	-60,75%
(-) Fundos administrativos	(1.396)	(1.416)	-0,14%

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em R\$ mil)

	2017	2016	Varia�o
A) Patrimônio social – início do exercício	345.420	311.374	10,93%
1. Adi�es	49.306	62.521	-21,14%
(+) Contribui�es previdenciais	14.046	14.758	-4,83%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	34.122	46.001	-25,82%
(+) Receitas administrativas	952	1.319	-27,82%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Administrativa	186	443	-58,01%
2. Destina�es	(21.021)	(28.476)	32,83%
(-) Benefícios	(18.487)	(25.298)	29,54%
(-) Despesas administrativas	(2.530)	(3.174)	66,35%
(-) Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Administrativa	(4)	(4)	-
3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)	28.285	34.046	-16,92%
(+) Provisões matemáticas	29.605	36.132	-18,06%
(+/-) Superavit/déficit técnico	(331)	353	-193,77%
(+/-) Fundos previdenciais	407	(1.023)	-139,78%
(-) Fundos administrativos	(1.396)	(1.416)	-1,41%
B) Patrimônio social – final do exercício (A+3)	373.705	345.420	8,19%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em R\$ mil)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>Variação</u>
A) Fundo administrativo do exercício anterior	2.298	3.714	-38,13%
1. Custeio da gestão administrativa	1.138	1.762	-35,41%
1.1. Receitas	1.138	1.762	-35,41%
Custeio administrativo da Gestão Previdencial	424	1.092	-61,17%
Custeio administrativo dos investimentos	445	227	96,04%
Resultado positivo líquido dos Investimentos	186	443	-58,01%
Outras Receitas	83	-	-
2. Despesas administrativas	(2.530)	(3.174)	-20,29%
2.1. Administração previdencial	(2.085)	(2.947)	-29,25%
Pessoal e encargos	(907)	(898)	1,00%
Treinamentos/congressos e seminários	(14)	(24)	-41,67
Viagens e estadias	-	(11)	-100%
Serviços de terceiros	(801)	(832)	-3,72%
Despesas gerais	(335)	(1.111)	-69,85%
Tributos	(28)	(71)	-60,56%
2.2. Administração dos investimentos	(445)	(227)	96,04%
Serviços de terceiros	(424)	(217)	95,39%
Tributos	(21)	(10)	110%
3. Constituição/Reversões de contingências administrativas	-	-	-
4. Reversão de recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	(4)	(4)	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(1.396)	(1.416)	-1,41%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(1.396)	(1.416)	-1,41%
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7)	902	2.298	-60,75%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PREVCUMMINS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em R\$ mil)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	372.976	343.419	8,61%
1. Provisões matemáticas	371.560	341.955	8,66%
1.1 Benefícios concedidos	120.877	111.135	8,77%
Contribuição Definida	118.205	108.305	9,14%
Benefício definido	2.672	2.830	-5,58%
1.2 Benefícios a conceder	250.683	230.820	8,61%
Contribuição Definida	250.683	230.820	8,61%
Saldo de Contas – parcela patrocinadores	114.101	107.433	6,21%
Saldo de Contas – parcela participantes	136.582	123.387	10,69%
2. Equilíbrio técnico	555	886	-37,36%
2.1 Resultados realizados	555	886	-37,36%
Superávit técnico acumulado	555	886	-37,36%
Reserva de contingência	458	498	-8,03%
Reserva Especial para Revisão do Plano	97	388	-75%
3. Fundos	688	281	144,84%
3.1 Fundo Previdencial	688	281	144,84%
4. Exigível operacional	173	297	-41,75%
4.1 Gestão previdencial	171	295	-42,03%
4.2 Investimento - Gestão previdencial	2	2	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em R\$ mil)

1- Contexto Operacional

a. Constituição

A PREVCUMMINS Sociedade de Previdência Privada (PREVCUMMINS) é uma entidade fechada de previdência privada, de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado distinta de suas patrocinadoras, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, nos termos do artigo 5º, Item II, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O funcionamento da PREVCUMMINS foi autorizado pela Portaria nº 3.905 do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) em 19 de dezembro de 1986, por prazo indeterminado.

b. Objetivo

A PREVCUMMINS tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral da previdência social, voltado aos empregados, vinculados às Patrocinadoras mediante contribuição de seus Participantes, das respectivas Patrocinadoras, ou de ambos, na forma que dispuser os respectivos Planos de Benefícios.

c. Patrocinadoras

O Plano de Benefícios PREVCUMMINS é patrocinado pelas seguintes empresas:

- Cummins Brasil Ltda - principal - adesão em 1986;
- PREVCUMMINS Sociedade de Previdência Privada - adesão em 1989;
- Cummins Filtros Ltda - adesão em 2000;
- Cummins Vendas e Serviços de Motores e Geradores Ltda – adesão em 2001.

d. Característica do plano

O plano de benefícios administrado pela PREVCUMMINS está adequado aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e autopatrocínio, conforme disposto na Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC n° 6, de 30 de outubro de 2003.

A portaria n° 2.303, de 17 de junho de 2008 – DOU de 18 de junho de 2008 autoriza a aplicação do Regulamento do Plano de Benefícios PREVCUMMINS, CNPB n° 19.990.008-38, estruturado sob a modalidade de contribuição definida.

e. Benefícios

A modalidade do Plano de Benefícios da PREVCUMMINS é de contribuição definida. Os benefícios concedidos são: (a) Aposentadoria Normal; (b) Aposentadoria Antecipada; (c) Benefício por Incapacidade e (d) Benefício por Morte. Conforme Capítulo IX, item 9.7 do Regulamento do Plano de Benefícios PREVCUMMINS, o valor do benefício poderá ser de renda mensal na modalidade renda certa ou percentual de saldo, tendo por opção um saque á vista até 25% do saldo total de conta, em até três parcelas, bem como, dependendo do montante, ser efetuado pagamento único. (e) Autopatrocínio; (f) Benefício Proporcional Diferido; (g) Portabilidade e (h) Resgate de Contribuições.

Em 31 de dezembro de 2017a PREVCUMMINS ainda possui um saldo remanescente oriundo do plano fechado em fevereiro de 1998, na modalidade de Benefício Definido, cuja massa é composta por 10 beneficiários (10 beneficiários - 2016).

f. Custeio do plano

Os recursos necessários ao atendimento dos objetivos da PREVCUMMINS são originados por contribuições de suas patrocinadoras, participantes autopatrocínados, participantes em Benefício Proporcional Diferido e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

g. Participantes

Em 31 de dezembro de 2017 a PREVCUMMINS conta com 1.414 Participantes Ativos (1.572 em 2016), 190 Participantes Assistidos (169 em 2016), 102 Participantes em Benefício Proporcional Diferido – BPD (111 em 2016) e 91 Participantes Autopatrocínados (87 em 2016).

2- Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 da PREVCUMMINS estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar- CNPC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionando informações mais adequadas, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

A Administração autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 01/03/2018 as quais foram elaborados e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (CNPC), aprovadas pelo Conselho Federal de contabilidade - CFC em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. Outras características apresentadas nas demonstrações contábeis da PREVCUMMINS: Balancete do Plano de Benefícios Previdencial, Balancete do Plano de Gestão Administrativa, Balancete Auxiliar utilizado para efetuar a consolidação das demonstrações contábeis e Balancete Consolidado.

3- Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis aplicáveis na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis da PREVCUMMINS são aquelas consubstanciadas em regulamentações do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, que substituiu o Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), e PREVIC, que não requerem a adoção plena dos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das EFPC e estão resumidas a seguir:

(a) Apuração dos Resultados

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência. Adicionalmente, as contribuições de autopatrocinados, vinculados ao Plano de Benefícios, são registradas pelo regime de caixa.

(b) Realizável

O realizável previdencial e administrativo são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

(c) Investimentos

Os principais critérios de avaliação dos ativos e de reconhecimento de receitas são:

- **Títulos de Renda Fixa:** Representa, substancialmente as aplicações em cotas de fundo de investimentos de renda fixa que são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma “pro rata” até a data de encerramento do Balanço.
- **Títulos de Renda Variável:** Representa, substancialmente as aplicações em cotas de fundo de investimentos de renda variável que estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma “pro rata” até a data de encerramento do Balanço.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação. Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- i. Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA;
- ii. Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores; e
- iii. Fundos de investimentos, pelo valor da cota na data do balanço, informada pelo Administrador do fundo.

A Entidade classifica sua carteira de títulos e valores mobiliários nas seguintes categorias:

- **Títulos para negociação** - registra os títulos com propósito de serem frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados periodicamente pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - registra os títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e para os quais a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Estes títulos são

classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais são avaliados pela taxa intrínseca nominal dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Na composição dos investimentos da carteira da PREVCUMMINS não há ativos sem cotação no mercado que constem em laudo de avaliação econômica. Dessa forma, não há necessidade de adoção de premissas para sua avaliação, nem a escolha de preço do ativo nos casos em que mais de uma opção é apresentada.

(d) Exigível operacional

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados substancialmente pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestações de serviços de terceiros por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

(e) Exigível Contingencial

São registradas as ações que serão objeto de decisão futura, podendo ocasionar impacto na situação econômico-financeira, cuja as probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados (deduzidas dos correspondentes depósitos judiciais).

Estas provisões para contingências são avaliadas periodicamente e são constituídas tendo como base o Pronunciamento CPC n.º 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e considerando a avaliação da Administração e de seus consultores jurídicos, sendo consideradas suficientes para cobrir prováveis perdas decorrentes desses processos.

Essas ações estão classificadas entre gestão previdencial, administrativa e de investimentos, de acordo com a sua natureza.

Para fins de classificação são usados os termos provável, possível e remota com os seguintes conceitos:

Perda provável: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer. Nessa classificação a Entidade constitui provisão para perdas e faz sua devida divulgação nas notas explicativas.

Perda possível: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota. A provisão para perdas não é reconhecida, entretanto, é divulgada nas notas explicativas.

Perda remota: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena. Não se faz necessário o registro de ou divulgação nas notas explicativas.

(f) Patrimônio Social**(f.1) Provisões matemáticas**

As provisões matemáticas do Plano de Benefícios são determinadas em bases atuariais e elaboradas sob a responsabilidade de atuários externos, contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento do Plano de Benefícios.

A provisão matemática de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

As provisões relativas a benefícios a conceder representam o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em usufruto de benefício de prestação continuada.

(f.2) Equilíbrio Técnico

Todo excedente ou insuficiência patrimonial é registrado na conta de Equilíbrio Técnico respeitando às disposições do plano de contas e em conformidade com a Resolução da CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008, alterada pela resolução CNPC nº 22/2015.

(f.3) Fundos das gestões Previdencial e Administrativa

O Fundo Previdencial é constituído pelo valor de contribuição do saldo da conta da patrocinadora que não foi utilizado no cálculo dos benefícios ou institutos e poderá ser utilizado pela Entidade.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras das receitas aportadas pelas Patrocinadoras, exclusivamente para a cobertura das despesas com a administração dos planos previdencial, atualizado mensalmente pela rentabilidade dos planos.

(g) Custeio Administrativo

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefícios previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos.

As receitas administrativas da PREVCUMMINS são debitadas aos Planos previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVCUMMINS e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

(h) Imposto de renda na fonte

A Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, criou um novo regime de tributação, facultando aos participantes de planos de Entidades Fechadas de Previdência Complementar estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda sejam tributados no imposto de renda na fonte:

- i) Por uma tabela regressiva, que varia entre 35% e 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou
- ii) Por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

A Lei nº 11.053/04 revogou a MP nº 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensando a partir de 1º de janeiro de 2005 a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

(i) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação, provisões para contingências e as provisões matemáticas, dentre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4. DISPONÍVEL

Apresentado pelo saldo bancário disponível em conta corrente no último dia útil do exercício social nas seguintes instituições financeiras:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Banco Santander S.A.	4	2
Total do Disponível	<u>4</u>	<u>2</u>

5. REALIZÁVEL

5.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Referem-se a valores de contribuições previdenciais normais mensais devidas pelos patrocinadores e participantes.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contribuição do mês – Patrocinadoras	369	417
Contribuição do mês – Participantes	742	776
Total da Gestão Previdencial	<u>1.111</u>	<u>1.193</u>

5.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber		
Contribuição para custeio – Patrocinadoras	24	95
Depósitos Judiciais / Recursais		
Pis/Cofins (*)	1.026	967
Tributos a Compensar (**)	-	14
Total da Gestão Administrativa	<u>1.050</u>	<u>1.076</u>

(*) Esse valor refere-se ao depósito judicial referente ação judicial conforme Nota Explicativa – item 7.2.

(**) Pagamento de PIS/COFINS feito a maior e compensado em jan-2017.

5.3 INVESTIMENTOS

Os investimentos são administrados com base nas diretrizes determinadas pela política de investimentos devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade no exercício anterior. A gestão dos investimentos da PREVCUMMINS é 100% (cem por cento) terceirizada, sendo os gestores Banco Bradesco S/A, Banco Itaú S/A, BNP Paribas, Apex Capital, Oceana Investimentos e Guepardo Investimentos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição dos investimentos está representada por fundos de investimentos em renda fixa, ações e por títulos públicos, cujas modalidades e instituições podem ser assim demonstradas:

(a) Composição da carteira:

A carteira está representada por fundos de investimentos em renda fixa, ações e por títulos públicos, cujas modalidades e instituições podem ser assim demonstradas:

	2017	2016
Fundos de Investimentos		
Cotas de Fundo de Investimento - Não Exclusivo	25.610	13.236
Guepardo Institucional 60 FIC de Fundo de Investimento em Ações	-	13.236
Apex Ações 30 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Ações	7.724	-
Oceana Valor 30 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Ações	9.994	-
Oceana Valor Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Ações	7.892	-
Cotas de Fundo de Investimento - Exclusivos	347.485	331.471
Fundo de Investimento Columbus Multimercado (i)	101.772	166.592
Prevcummins II Fundo de Investimento Multimercado (ii)	120.004	89.975
Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Prevcummins (iii)	125.709	74.904
Total dos Investimentos	373.095	344.707

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 4/2002, a Entidade classificou a sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos para Negociação”, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo com relação da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

Desta forma, as aplicações em fundos de renda fixa e de renda variável não possuem prazo de vencimento, podendo ser resgatados a qualquer tempo, observadas as políticas de investimentos e rentabilidade.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimentos exclusivos estão demonstrados a seguir:

(i) Fundo de Investimento Columbus Multimercado – Banco Itaú S/A

Natureza	Indexador	Categoria					Valor de Custo	Valor Justo/Realização	
		Para Negociação	Até o vencimento	Indeterm	De 1 até 5 anos	Acima de 5 anos		31/12/2017	31/12/2016
Títulos para negociação									
Títulos Públicos Federais									
		74.520	-	-	74.520	-	73.513	74.520	110.266
Letras Financeiras do Tesouro	Pública	11.064	-	-	11.064	-	10.363	11.064	56.077
Notas do Tesouro Nacional - Série B	Pública	28.449	-	-	28.449	-	28.265	28.449	9.937
Letras do Tesouro Nacional	Pública	1.627	-	-	1.627	-	1.505	1.627	-
Operações Compromissadas	Pública	33.380	-	-	33.380	-	33.380	33.380	44.252
Crédito Privado e Depósitos									
		27.235	-	-	27.235	-	23.767	27.235	56.190
Letras Financeiras	Privada CDI	27.235	-	-	27.235	-	23.767	27.235	56.122
Debêntures	Privada CDI	-	-	-	-	-	-	-	68
Derivativos									
		37	-	-	37	-	(12.863)	37	-
Futuros	Privada	-	-	-	-	-	(12.900)	-	-
Opções	Privada	37	-	-	37	-	37	37	-
Cotas de Fundos de Investimentos									
		-	-	-	-	-	-	-	169
FIDC CEDAE-Sen 1 - 294802	Privada	-	-	-	-	-	-	-	62
FIDC CEDAE-Sen 2 - 294810	Privada	-	-	-	-	-	-	-	24
FIDC Cesp Iv Subordinada Primeira - 187518	Privada	-	-	-	-	-	-	-	83
Disponibilidades									
		(20)	-	(20)	-	-	(20)	(20)	(33)
Total		101.772		(20)	101.792	-	84.397	101.772	166.592

(ii) Prevcummins II Fundo de Investimento Multimercado – BNP Paribas

Natureza	Indexador	Categoria				Valor de Custo	Valor Justo/Realização		
		Para Negociação	Até o vencimento	Indeterminado	De 1 até 5 anos		Acima de 5 anos	31/12/2017	31/12/2016
Títulos para negociação									
Títulos Públicos Federais		107.754	-	-	106.492	1.262	102.285	107.754	73.059
Letras Financeiras do Tesouro	Pública	68.780	-	-	68.780	-	66.814	68.780	39.550
Letras do Tesouro Nacional	Pública	17.720	-	-	17.720	-	14.543	17.720	21.975
Notas do Tesouro Nacional - Série B	Pública	18.880	-	-	17.618	1.262	18.554	18.880	8.831
Operações Compromissadas	Pública	2.374	-	-	2.374	-	2.374	2.374	2.703
Crédito Privado e Depósitos		10.282	-	-	10.282	-	8.971	10.282	14.853
Letras Financeiras	Privada CDI	6.998	-	-	6.998	-	5.411	6.998	10.486
Debêntures	Privada CDI	3.284	-	-	3.284	-	3.560	3.284	4.367
Derivativos		153	-	-	153	-	3.224	153	227
Futuros	Privada	-	-	-	-	-	1.955	-	-
Swap	Privada CDI IPCA	(22)	-	-	(22)	-	1.142	(22)	(11)
Opções	Privada Ibovespa	110	-	-	110	-	62	110	126
Opções	Privada Dólar	65	-	-	65	-	65	65	112
Cotas de Fundos de Investimentos		1.841	-	1.841	-	-	1.841	1.841	1.865
Brasil Oleo e Gas Excl FIDC CL	Privada	964	-	964	-	-	964	964	952
Chemical VIII Fidc Ind Petroquimica	Privada	877	-	877	-	-	877	877	887
Driver Br Two B Volks Fidc Fin Veic	Privada	-	-	-	-	-	-	-	26
Disponibilidades		(26)	-	(26)	-	-	(26)	(26)	(29)
Total		120.004	-	1.815	116.927	1.262	116.295	120.004	89.975

(iii) Bradesco Fundo de Investimento Multimercado PrevCummins - Banco Bradesco S/A

Natureza	Indexador	Categoria					Valor de Custo	Valor Justo/Realização		
		Para Negociação	Até o vencimento	Indeterminado	De 1 até 5 anos	Acima de 5 anos		31/12/2017	31/12/2016	
Títulos para negociação										
Títulos Públicos Federais										
			98.794	-	-	98.794	84.099	98.794	59.245	
Letras Financeiras do Tesouro	Pública		70.970	-	-	70.970	56.275	70.970	43.383	
Operações Compromissadas	Pública		27.824	-	-	27.824	27.824	27.824	15.862	
Crédito Privado e Depósitos										
			18.587	-	-	13.554	5.033	17.398	18.587	14.628
Letras Financeiras	Privada	CDI	12.400	-	-	7.367	5.033	11.024	12.400	11.752
Debêntures	Privada	CDI	3.147	-	-	3.147	-	3.399	3.147	2.876
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Privada	CDI	1.020	-	-	1.020	-	975	1.020	-
Notas Compromissadas (NC)	Privada	CDI	2.020	-	-	2.020	-	2.000	2.020	-
Cotas de Fundos de Investimentos										
			8.340	-	8.340	-	-	8.340	8.340	1.045
Brad Institucional Fia BDR Nivel I	Privada		-	-	-	-	-	-	-	740
Brad Global Fundo de Invest em Ações Invest no Exterior	Privada		1.265	-	1.265	-	-	1.265	1.265	-
Chemical VIII Fidc Ind Petroquímica Sen	Privada		79	-	79	-	-	79	79	80
Bram Fundo de Investimento em Ações IBRX Ativo	Privada		1.252	-	1.252	-	-	1.252	1.252	-
Driver Br Two B Volks Fidc Fin Veic Sen	Privada		-	-	-	-	-	-	-	13
Driver Brasil Three Banco Volkswagen Fidc Financ de Veículos	Privada		16	-	16	-	-	16	16	85
Fidc Lojas Renner II Fin E Com Senior	Privada		126	-	126	-	-	126	126	127
Brad H Fundo de Invest Multimercado Macro	Privada		5.368	-	5.368	-	-	5.368	5.368	-
Fidc Bancos Emissores de Cartão de Crédito - STONE	Privada		234	-	234	-	-	234	234	-
Disponibilidades										
			(16)	-	(16)	-	-	(12)	(16)	(13)
Total			125.705	-	8.324	112.348	5.033	109.825	125.705	74.904

(b) Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

Os títulos privados integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido mensalmente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, em função da classificação dos títulos.

(c) Metodologia e critérios para avaliação dos riscos**Risco de Mercado**

O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado das carteiras da Entidade é feito através do cálculo da divergência não planejada.

Risco de Crédito

Para o controle e avaliação do risco de crédito a Entidade utiliza a classificação de risco de crédito das emissões não-bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no País.

Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é preocupação constante para a Entidade que mantém um percentual confortável de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata, evitando a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar os compromissos previdenciais no curto prazo.

Operacional

A Entidade registra eventuais perdas operacionais incorridas, realiza avaliações periódicas de suas atividades e processos, identificando os riscos inerentes e a efetividade dos controles praticados e quando necessário implanta planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles, mecanismo que resulta em menor exposição a riscos.

Legal

Como forma de gerenciar o risco legal, a Entidade avalia todos os contratos junto a seus prestadores que participam do processo de Investimentos da Entidade além de garantir acesso às possíveis mudanças na regulamentação.

Sistêmico

Mesmo diante da dificuldade de gerenciar e avaliar o risco sistêmico, a Entidade procura buscar informações no mercado que a auxiliem nesta avaliação e tomar todas as medidas cabíveis sempre que identificar sinais de alerta no mercado.

(d) Custódia dos títulos e valores mobiliários

As aplicações no segmento de renda fixa estão registradas e custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (B3), por meio de custodiantes próprios dos gestores das carteiras de investimentos, Banco Bradesco S/A, Banco Itaú S/A, BNP Paribas, Apex Capital, Oceana Investimentos e Guepardo Investimentos.

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Retenções a recolher	171	157
Outras exigibilidades(*)	-	138
Total de Gestão Previdencial	<u>171</u>	<u>295</u>

(*) refere-se à contribuição de patrocinadora recebida a maior em dezembro/2016, e regularizada em janeiro/2017.

6.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a pagar		
Folha administrativa	146	60
Serviços de terceiros	194	154
	<u>340</u>	<u>214</u>
Retenções a recolher	10	74
Tributos a recolher	6	6
Total de Gestão Administrativa	<u>356</u>	<u>294</u>

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

7.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a PREVCUMMINS apresentava uma contingência avaliada como possível a perda sendo essa uma ação de alvará judicial, de levantamento de saldo de conta de participante falecido, conforme processo nº 1008222-25.2015.8.26.0224, que tramita pela 5ª vara Cível de Guarulhos. O valor da causa está corrigido em dezembro/2017 e totaliza em R\$ 25 (R\$ 21 – em dez/2016). Escritório: Pereira Pulici Advogados.

7.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pis/Cofins	1.026	967
Total de Gestão Administrativa	<u>1.026</u>	<u>967</u>

Trata-se de Ação Ordinária nº 2007.34.00.043193-0 de dezembro de 2007, que PREVCUMMINS moveu pleiteando provimento jurisdicional que desobrigue a Entidade de recolher as

contribuições do PIS e da COFINS e pedido de compensação dos valores recolhidos a partir de 2001. O valor original de R\$ 620.721,31 foi atualizado em dezembro de 2017, através do extrato de movimentação dos depósitos judiciais, registrado contabilmente conforme quadro acima. O patrocinador do processo é Junqueira de Carvalho e Murgel Advogados.

8. PATRIMÔNIO SOCIAL

8.1 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram determinadas em bases atuariais, segundo cálculos efetuados pela WILLIS TOWER WATSON, contratada pela PREVCUMMINS, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, oriundos de benefícios concedidos e a conceder a participantes, assistidos e seus beneficiários.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Patrimônio Social	373.705	345.420
Patrimônio de Cobertura do Plano	372.115	342.841
Provisões matemáticas	371.560	341.955
Benefícios Concedidos	120.877	111.135
Contribuição Definida	118.205	108.305
Benefício Definido Estruturados em Regime Capitalização (*)	2.672	2.830
Benefícios Futuros Programados	1.482	1.567
Benefícios Futuros Não Programados	1.190	1.263
Benefícios a Conceder	250.683	230.820
Contribuição Definida	250.683	230.820
Equilíbrio Técnico	555	886
Resultados Realizados	555	886
Superávit Técnico Acumulado	555	886
Reserva de Contingência	458	498
Reserva Especial para Revisão do Plano	97	388
Fundos	1.590	2.579
Fundo Previdencial	688	281
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	138	281
Revisão do Plano	550	-
Fundo Administrativo	902	2.298

(*) O saldo de benefício definido estruturado em Regime de Capitalização refere-se aos valores de benefícios futuros dos 10 beneficiários em gozo de benefícios de renda mensal vitalícia.

8.2 EQUILÍBRIO TÉCNICO

De acordo com o artigo 7º da Resolução CGPC nº 26/2008 alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015 o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo contábil})] \times \text{Provisão Matemática}$.

Para o Plano de Benefícios PREVCUMMINS tivemos em 2016:

Limite máximo	Limite pela Fórmula	Menor limite
25%	$10\% + (1\% \times 7,59) = 17,59\%$	17,59%

No exercício de 2016, a duração do passivo do plano de benefícios foi de 7,59 anos, e conforme regra estabelecida pela CNPC 22 de 2015, o limite máximo para alocação e reserva de contingência passa a ser de 17,59% das provisões matemáticas. Sendo assim foi alocado em Reserva de Contingência o valor de R\$ 498 e na Reserva Especial para Revisão do Plano o valor de R\$ 388.

Para o Plano de Benefícios PREVCUMMINS tivemos em 2017:

Limite máximo	Limite pela Fórmula	Menor limite
25%	$10\% + (1\% \times 7,16) = 17,16\%$	17,16%

Considerando que a duração do passivo apurada em 31/12/2017 do Plano de benefícios Prevcummins foi de 7,16 anos, o limite de 17,16% das provisões matemáticas passa a ser o valor máximo a ser alocado em Reserva de Contingência, sendo assim, foi alocado o valor de R\$ 458 e na Reserva Especial para Revisão do Plano o valor de R\$ 97.

8.3 AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Para Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2017 e 2016, passa a ser obrigatória o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação, conforme o disposto no artigo nº 28 da Resolução CNPC nº 26/2008, nas situações de equacionamento de déficit e distribuição de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondentes à diferença entre o valor de tais títulos calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

Para o Plano de Benefícios PREVCUMMINS, uma vez que não há títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", o ajuste de precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008, não é aplicável.

8.4 FUNDOS

O Fundo da Gestão Previdencial (Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar) é constituído pela parcela do Saldo da Conta de Patrocinadora que for destinada ao pagamento de benefícios ou de institutos e poderá ser utilizado na forma prevista no plano de custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVCUMMINS, observado o disposto na legislação vigente.

O Fundo Previdencial de Revisão do Plano foi estabelecido em 31/12/2017 no valor de R\$ 550. Sua constituição ocorreu de forma voluntária, dado que a Prevcummins optou pela realização da revisão facultativa do plano após o 2º ano consecutivo com formação de Reserva Especial. Em processos de distribuição de superávit, a legislação exige que o plano adote premissas mais conservadoras, o que levou à necessidade de deixar um saldo remanescente em Reserva Especial, no valor de R\$ 97.

O Fundo da Gestão Administrativo (Fundo Administrativo) corresponde ao valor apurado decorrente das sobras entre as contribuições para a cobertura das despesas administrativas previdenciais e as despesas administrativas previdenciais mensais efetivamente incorridas.

9. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS

A movimentação do exigível atuarial e dos fundos durante o exercício pode ser resumida como segue:

	Em 31 de dezembro de 2016	Constituição no exercício	Em 31 de dezembro de 2017
Provisões matemáticas			
Benefícios Concedidos	111.135	9.742	120.877
Benefícios a Conceder	230.820	19.863	250.683
Total de provisões matemáticas	341.955	29.605	371.560
Superávit Técnico Acumulado			
Reserva de Contingência	498	(40)	458
Reserva Especial para Revisão do Plano	388	(291)	97
Total do Equilíbrio Técnico	886	(331)	555
Fundos			
Previdencial	281	407	688
Administrativo	2.298	(1.396)	902
Total de Fundos	2.579	(989)	1.590

9.1 HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

Para apuração das provisões matemáticas de benefícios concedidos referentes à parcela de benefício definido do plano foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Atuariais	2017		2016
Taxa Anual Real de Juros	5,07%		4,5%
Indexador do Plano	INPC (IBGE)		INPC (IBGE)
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios da Entidade	97%		97%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic Segregada por sexo		AT-2000 Basic Segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57		IAPB-57
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	Aposentado – cônjuge informado		Aposentado – cônjuge informado

Os benefícios do plano são avaliados pelo Regime de Capitalização e pelo método atuarial de Capitalização Financeira.

Foi realizada em 2017 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº18/2006, a Portaria Previc nº 197/2015 e a Instrução nº 23/2015. Foram analisadas as hipóteses da Tábua de Mortalidade Geral, Tábua de Mortalidade de Inválidos, Crescimento Real do Benefícios e Fator de determinação do valor real ao longo do tempo.

Além disso, foi realizado em 2017 e 2016 o estudo de aderência da taxa real anual de juros para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e na Instrução nº 23/2015. Nesse estudo, quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50%, suporte para adoção da taxa real de juros de 5,07% a.a (2016 - 5,39% a.a.) para o Plano de Benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186/2016 para esse plano (Limite inferior: 4,39% e limite superior: 6,67%). Assim, pode-se afirmar com o nível mínimo exigido de confiabilidade estatística a convergência da taxa real de juros de 5,07% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente à taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

Face ao exposto, a taxa real anual de juro de 5,07% foi selecionada para a avaliação atuarial anual referente ao exercício de 2017 (4,50% - 2016) por ser adequada às características da massa de participantes vinculados ao plano de benefícios, à rentabilidade projetada dos investimentos e ao fluxo das despesas.

O indexador utilizado pela PREVCUMMINS para a taxa anual de juros real é o INPC.

10. CRITÉRIO DE RATEIO

As despesas administrativas do Plano de Benefícios da PREVCUMMINS serão custeadas integralmente pelo plano, por se tratar de despesas específicas. As despesas poderão ser

distribuídas entre a gestão administrativa e do fluxo dos investimentos por meio de critério de rateio no qual será detalhado no orçamento anual e definido pela Diretoria Executiva.

11. EVOLUÇÃO DA QUOTA

A evolução do valor da cota do patrimônio, incluindo o fundo administrativo, bem como sua rentabilidade nos exercícios, são as seguintes:

	Patrimônio social	Valor da cota Unitário R\$	Rentabilidade no exercício %	Meta atuarial % (*)
Plano PREVCUMMINS				
em 31/12/2017	373.705	167,41	10,05%	6,66%
em 31/12/2016	345.420	152,12	15,40%	11,38%

(*) Meta Atuarial: INPC + 4,5% a.a. para 2017 e INPC + 4,5% a.a. para 2016.

12. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Em atendimento a Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, revogada pela CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a Entidade elaborou o regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa – PGA sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da Entidade.

13. GOVERNANÇA, GESTÃO E CONTROLES INTERNOS

A Resolução CGPC nº. 13, de 1º. de outubro de 2004, estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar, adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por elas operados, a fim de assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

A PREVCUMMINS em consonância com as boas práticas de governança vem ao longo do tempo introduzindo controles na busca de melhoria dos processos, tendo como consequência mitigação de riscos. Sua estrutura de gestão é composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e, em 2003 foi criado o Comitê de Investimentos para acompanhamento da gestão de riscos dos investimentos. Ainda foram elaborados o Manual de Governança, Código de Ética e Regimento Interno. A PREVCUMMINS contratou um sistema de monitoramento de riscos, o qual auxilia o Conselho Fiscal em suas funções de acompanhamento dos riscos e controles da Entidade.

14. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da PREVCUMMINS podem ser assim consideradas: os Participantes e as Patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento do Plano de Benefícios PREVCUMMINS para os seus empregados e Dirigentes; e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social do Plano. Conforme

consta na Política de Investimentos, vigente para o ano de 2017, são vedadas as aquisições de quaisquer títulos, inclusive títulos de crédito, de emissão das Patrocinadoras do Plano de benefício administrados pela PREVCUMMINS.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a PREVCUMMINS não mantém saldo decorrentes de transações com partes relacionadas, a não ser pelo curso normal das atividades do plano.

14. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017, para que o registro obrigatório do patrimônio do Fundo Administrativo, registrado no Plano de Benefício como Participação do Plano de Gestão Administrativa, tenha o seu resultado nulo no Balanço Patrimonial:

Código	Conta	Valor
1.2.2.3.00.00.00	Participação no Plano de Gestão Administrativa	902
2.3.2.2.02.00.00	Participação no Fundo Administrativo do PGA	902

15. EVENTOS SUBSEQUENTE

Na busca de melhorias contínuas, a direção da PREVCUMMINS irá implantar os perfis de investimentos em 2018. Já iniciamos o processo de divulgação e educação financeira aos participantes.

O regulamento do Plano de Benefícios Prevcummins foi aprovado em 12 de julho de 2017 conforme Portaria Previc nº 714 divulgada no Diário Oficial em 18 de julho de 2017.

RONALDO DE ANDRADE FLORIDO
DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 061.341.788-70

ANGÉLICA ALVES DE ARAÚJO
DIRETORA ADMINISTRATIVA
 CPF: 842.785.958-91

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP-221255/O-0
 CPF: 011.932.857-71

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos
Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da
PREVCUMMINS - Sociedade de Previdência Privada
Guarulhos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PREVCUMMINS - Sociedade de Previdência Privada (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PREVCUMMINS - Sociedade de Previdência Privada em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de Março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

Parecer Atuarial

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2017 do Plano de Benefícios PreVCummins, administrado pela PreVCummins Sociedade de Previdência Privada, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/09/2017.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios PreVCummins são: Cummins Brasil Ltda., Prevcummins Sociedade de Previdência Privada, Cummins Filtros Ltda. e Cummins Vendas e Serviços de Motores e Geradores Ltda.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela PreVCummins aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios PreVCummins.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2017.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado através da Portaria Previc nº714, de 12/07/17.

I – Estatísticas

Benefícios a Conceder	30/09/2017
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
■ Número	1.512
■ Idade média (em anos)	38,0
■ Tempo de serviço médio (em anos)	8,7
Participantes em aguardo de benefício proporcional	
■ Número	158

Benefícios Concedidos	Renda Vitalícia	Renda Financeira	Consolidado
Número de aposentados válidos	5	165	170
■ Idade média (em anos)	77,4	64,4	64,8
■ Valor médio do benefício (em reais)	2.363	5.372	5.284
Número de aposentados inválidos	1	1	2
■ Idade média (em anos)	82,4	57,3	69,9

Benefícios Concedidos	Renda Vitalícia	Renda Financeira	Consolidado
■ Valor médio do benefício (em reais)	658	964	811
Número de pensionistas (grupos familiares)	4	12	16
■ Idade média (em anos)	78,0	62,7	66,5
■ Valor médio do benefício (em reais)	2.590	2.172	2.277

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a PrevCummins e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios PrevCummins, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23, de 26/06/2015.

Para apuração das provisões matemáticas de benefícios concedidos referentes à parcela de benefício definido do plano foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Atuariais	2017	2016
Taxa real anual de juro	5,07%	4,50%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios da entidade	97%	97%
Indexador do plano	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic segregada por sexo	AT-2000 Basic segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	Aposentado-Cônjuge informado	Aposentado-Cônjuge informado

Foi realizado em 2016 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006, a Portaria Previc nº 197/2015 e a Instrução nº 23, de 26/6/2015, onde foram analisadas as hipóteses: Tábua de Mortalidade Geral (Válidos), Tábua de Mortalidade de Inválidos e Fator de determinação do valor real ao longo do tempo.

Além disso, foi realizado o estudo taxa real anual de juros em 2017, para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e na Instrução nº 23 de 26/06/2015. A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23, de 26/06/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a convergência das hipóteses de rentabilidade dos

investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Prevcummins para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios do plano resultantes da última avaliação atuarial, os quais foram elaborados com as hipóteses recomendadas por estudos de aderência das hipóteses biométricas e demográficas e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente aprovado.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com nível de confiança de 50% (nível de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,07% a.a. para o plano de benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186/2016 para esse plano (limite inferior de 4,39% e limite superior de 6,67%). Assim pode-se afirmar com o nível mínimo exigido de confiabilidade estatística a convergência da taxa real de juros 5,07% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente à taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios Prevcummins, informamos que a taxa real anual de juros de 5,07% foi selecionada para a avaliação atuarial anual referente ao exercício de 2017 por ser adequada às características da massa de participantes vinculados ao plano de benefícios, à rentabilidade projetada dos investimentos e ao fluxo de receitas e despesas.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB) e as informações relativas aos investimentos providenciadas e validadas pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ). O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo da Prevcummins e com parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos benefícios que ocorrerá durante o período de 12 meses.

O fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios no valor de 97% reflete o resultado do estudo realizado em 2016.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão.

A Willis Towers Watson realizou em dezembro/2016 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006, a Portaria Previc nº 197/2015 e a Instrução nº 23, de 26/6/2015. Nessa ocasião foram analisadas as hipóteses de tábua de mortalidade geral e tábua de mortalidade de inválidos. As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação de 2017 são as indicadas por esse estudo.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios do plano são avaliados pelo Regime de Capitalização e pelo método atuarial de Capitalização Financeira.

Os métodos de financiamento são adequados à natureza do plano e atendem ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.

III – Patrimônio Social

Com base no Balancete do Plano de Benefícios Prevcummins de 31 de dezembro de 2017, o Patrimônio Social é de R\$ 373.704.529,31.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Prevcummins. A Prevcummins informou que os títulos desse plano estão enquadrados na categoria “títulos para negociação”.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	372.114.929,93
Provisões Matemáticas	371.559.874,58
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>120.876.794,55</i>

	Valores em R\$
Contribuição Definida	118.204.777,68
■ Saldo de Conta de Assistidos	118.204.777,68
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.672.016,87
■ Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.482.134,30
■ Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.189.882,57
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>250.683.080,03</i>
Contribuição Definida	250.683.080,03
■ Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	114.101.323,53
■ Saldo de Contas – Parcela Participantes	136.581.756,50
BD Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
BD Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	<i>0,00</i>
Serviço Passado	0,00
Deficit Equacionado	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
<i>Equilíbrio Técnico</i>	<i>555.055,35</i>
Resultados Realizados	555.055,35
■ Superavit Técnico Acumulado	555.055,35
■ Reserva de Contingência	458.518,09
■ Reserva Especial para Revisão de Plano	96.537,26
■ Deficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	1.589.599,38
Fundo Previdencial	687.739,41
■ Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	138.254,22
■ Revisão de Plano - 2017	549.485,19
Fundo Administrativo	901.859,97

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é constituído pela parcela do Saldo da Conta de Patrocinadora que não for destinada ao pagamento de benefícios ou de institutos e poderá ser utilizado para compensação de contribuições futuras de Patrocinadora ou outra destinação, conforme a legislação vigente, na forma prevista no plano de custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

No exercício de 2017 foi constituído o Fundo Previdencial de Revisão de Plano – 2017, para destinação da Reserva Especial, a qual Prevcummins Sociedade de Previdência privada optou realizar, a título de revisão facultativa.

Em 31/12/2017, a Reserva Especial calculada com a tábua AT-2000 Basic e a taxa real de juros de 5,07%, monta a quantia de R\$ 646.022,45.

Para que a destinação do superávit possa atender as disposições da Resolução CGPC nº 26/2008, foi calculado o valor da Reserva Especial considerando a tábua AT-2000 Basic suavizada em 10% e taxa real de juros de 5,07%, que é inferior à taxa máxima real de juros do corredor (6,67%) reduzida em um ponto percentual (5,67%).

	Hipóteses Adotadas na Avaliação Atuarial de 2017	Hipóteses definidas na Resolução CGPC nº 26
Provisão Matemática – Parcela BD	2.672.016,87	2.768.554,13
Reserva Especial	646.022,45	549.485,19

Assim, verifica-se que as hipóteses adotadas na avaliação atuarial de 2017 resultam em provisões matemáticas inferiores às obtidas com as hipóteses definidas na Resolução CGPC nº 26/2008. Deduzimos da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado, os valores correspondentes à diferença entre as provisões matemáticas calculadas com as hipóteses efetivamente adotadas pelo plano e aquelas calculadas conforme Resolução CGPC nº 26. Dessa forma a reserva especial a ser destinada é de R\$ 549.485,19.

Para destinação da reserva especial, a Prevcummins fará uma consulta à Previc para confirmar o percentual de rateio do valor entre patrocinadoras e participantes, tendo em vista as condições específicas do Plano Prevcummins. Tão logo o percentual de rateio seja confirmado, os valores poderão ser distribuídos conforme regras previstas no regulamento do plano.

Esse fundo será atualizado pelo retorno dos investimentos a partir de janeiro de 2017.

Reserva de Contingência

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015 o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$

Para o Plano de Benefícios Cummins, temos:

Limite máximo	Limite pela fórmula	Menor limite
25%	$10\% + (1\% \times 7,16) = 17,16\%$	17,16%

Considerando que a duração do passivo apurada em 31/12/2017 do Plano de Benefícios Prevcummins foi de 7,16 anos, o limite de 17,16% das provisões matemáticas passa a ser o valor máximo a ser alocado em Reserva de Contingência. Sendo assim, foi alocado em Reserva de Contingência o valor de R\$ 458.518,09.

Ressaltamos que entende-se por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Ajuste de Precificação

De acordo com a Resolução CNPC nº 26/2008, o Ajuste de Precificação deve ser calculado e aplicado nas situações de equacionamento de déficit e distribuição de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

Para o Plano de Benefícios Prevcummins, uma vez que não há títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, o ajuste de precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008 não é aplicável.

V – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2017 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2017.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	371.559.874,58	371.604.454,21	-0,01%
Benefícios Concedidos	120.876.794,55	120.921.374,18	-0,04%
■ Contribuição Definida	118.204.777,68	118.204.777,68	0,00%
■ Benefício Definido	2.672.016,87	2.716.596,50	-1,64%
Benefícios a Conceder	250.683.080,03	250.683.080,03	0,00%
■ Contribuição Definida	250.683.080,03	250.683.080,03	0,00%
■ Benefício Definido	-	-	0,00%

Convém ressaltar que do Passivo Atuarial de R\$ 371.559.874,58, 0,72% (R\$ 2.672.016,87) são atuarialmente determinados com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela das provisões matemáticas de benefícios concedidos relativa às rendas mensais vitalícias. Os 99,28% restantes (R\$ 368.887.857,71) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Prevcummins.

A redução da provisão matemática de benefício definido decorre principalmente da alteração da taxa real anual de juros de 4,50% em 2016 para 5,07% em 2017.

VI – Plano de Custeio

Patrocinadoras

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001 e também com as disposições previstas no Regulamento do Plano, as patrocinadoras deverão efetuar, durante o ano de 2018, as contribuições normais previstas no regulamento do plano e estimadas em 3,38% da folha dos salários aplicável dos participantes do plano. Essa estimativa considera a manutenção do atual nível de contribuição dos participantes bem como a folha salarial informada na data-base dos dados.

As patrocinadoras poderão utilizar durante o ano de 2018, mediante reversão mensal, os recursos existentes no Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar. Esgotados os recursos existentes no Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar ou na hipótese de serem insuficientes para cobertura da contribuição do mês, poderá ser utilizado o Fundo de Revisão de Plano – 2017. Quando não houver a utilização dos fundos as patrocinadoras deverão recolher as contribuições devidas.

A projeção de despesas administrativas para o exercício corresponde a 1,75% da folha de salários aplicável. Considerando a utilização dos recursos do Fundo Administrativo para cobertura das despesas administrativas, a contribuição necessária para complementar o orçamento equivale a 1,00% sobre a folha de salários aplicável, considerando a vigência por um ano a partir de 01/02/2018. A utilização do Fundo Administrativo poderá ser alterada pelo Conselho Deliberativo no decorrer do exercício, limitada à totalidade dos recursos alocados no fundo. Caso haja necessidade de recursos adicionais as empresas ficarão responsáveis por complementar o necessário para o custeio das despesas administrativas.

Participantes

As contribuições básicas dos participantes, previstas no regulamento do plano, foram estimadas em 4,11% da folha de salários aplicável dos participantes do plano. Essa estimativa considera a manutenção do atual nível de contribuição dos participantes bem como a folha salarial informada na data-base dos dados.

Autopatrocিনados

Os participantes autopatrocinados deverão realizar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora para cobertura do benefício programado, acrescidas da contribuição para cobertura das despesas administrativas correspondente a 1,00% do total de suas contribuições vertidas ao plano (participante e patrocinadora), observando o valor mínimo, a considerar: R\$ 5,30 de 01/02/2018 a 31/03/2018; R\$ 8,52 de 01/04/2018 a 31/12/2018; R\$ 13,70 em Janeiro/2019.

Benefícios Proporcionais Diferidos

Os participantes aguardando benefício proporcional diferido deverão efetuar contribuições mensais para cobertura das despesas administrativas a serem deduzidos de seu Saldo de Conta, conforme previsto no regulamento e aprovado pelo Conselho Deliberativo. Tal valor segue o seguinte escalonamento: R\$ 5,30 de 01/02/2018 a 31/03/2018; R\$ 8,52 de 01/04/2018 a 31/12/2018; R\$ 13,70 em Janeiro/2019.

O valor mínimo de contribuição administrativa dos participantes autopatrocinados e benefícios proporcionais diferidos tem vigência por um ano a partir de 01/02/2018, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, a contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

VII – Conclusão

A variação do superavit do plano entre 2016 e 2017 decorre das variações cadastrais e patrimoniais observadas no exercício.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios Prevcummins da Prevcummins Sociedade de Previdência Privada, informamos que o plano encontra-se solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Prevcummins com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2017. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Prevcummins em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2018.

Sátyro Teixeira
MIBA nº 1.158

Renata Amaral
MIBA nº 1.258

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo

Aos dezesseis dias do mês de Março do ano de 2018, às 14:00 horas, na sede da Sociedade, á Rua Jati, nº 310, Cumbica, Guarulhos, São Paulo, reuniu-se o Conselho da Prevcummins Sociedade de Previdência Privada. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Conselheiro Presidente, Sr. Willy Der Zweite Schwarzwaldner, que indicou a mim, Catiana Pereira, para secretariá-lo. Instalada a reunião, por determinação do Sr. Presidente, procedeu a leitura da Ordem do Dia, devendo os Srs. Conselheiros discutir e deliberar sobre os seguintes itens: a) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido - DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT e respectivas Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes; b) outros assuntos de interesse da Entidade. Dando prosseguimento   reunião, o Sr. Presidente submeteu   apreciação e aprovação dos Srs. Conselheiros, os docu-

mentos citados nos itens “a” da Ordem do Dia, apresentados pela JCMB Consultores em conjunto com a Diretoria Executiva em reunião ocorrida no dia 20/02/2018, destacando que as Demonstrações Contábeis foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Parecer integrante daquelas Demonstrações, assim como foi examinada pelo Conselho Fiscal da Entidade, em Reunião Ordinárias em 16 de Março de 2018. Discutido o assunto, o Conselho deliberou por unanimidade, após detalhado exame, aprovar, sem restrições, considerando o fato de que sobre as mesmas registra-se favorável dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, exonerar de responsabilidade sobre as contas do exercício, os membros da Diretoria Executiva da Entidade. Finalmente, passando para o item “b” da Ordem do Dia, o Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela fizesse o uso e, como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse o uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Guarulhos, 16 de març o de 2018.

Catiana Pereira
Secretária

Willy Der Zweite Schwarzwaldner
Presidente da Mesa

Luiz Tadashi Yamashita
(ciente)

Silvana Regina de Oliveira
(ciente)

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal

Aos dezesseis dias do mês Março do ano de 2018, às 14 horas, na sede da Entidade, à Rua Jati, 310, Bairro de Cumbica, Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, reuniu-se o Conselho Fiscal da PREVCUMMINS – Sociedade de Previdência Privada. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos a Conselheira Presidente deste Conselho Fiscal, Sra. MIRIAN MIDORI KINA, que indicou a mim, ROSELI GOMEZ FERNANDES CORSO, para secretariá-los. Na conformidade da Ordem do Dia, o Conselho Fiscal, discutiu e, por unanimidade, deliberou consignar parecer favorável às Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

– DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT e as respectivas Notas Explicativas as quais foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Parecer que delas faz parte integrante; e das informações constantes nas Demonstrações Atuariais (DA Web), em 31 de dezembro de 2017. Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou a Sra. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Guarulhos, 16 de Març o de 2018.

Mirian Midori Kina
Presidente da Mesa

Roseli G. F. Corso
Secretária da Mesa

Jonas Miguel
Claudia Cristina Amatruda
Marco Antonio Pinheiro

Ata da Reunião Ordinária da Diretoria Executiva

Aos vinte dias do mês Fevereiro do ano de 2018, às 09h30min, na sede da Entidade, á Rua Jati, 310, Bairro de Cumbica, Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, reuniu-se a Diretoria Executiva da PREVCUMMINS - Sociedade de Previdência Privada. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Diretor Superintendente, Sr. RONALDO DE ANDRADE FLORIDO, que indicou a mim, ANGÉLICA ALVES DE ARAÚJO, para secretariá-lo. Instalada a reunião, por determinação do Sr. Presidente, procedi a leitura da Ordem do Dia, devendo os Srs. Diretores discutir e deliberar sobre os seguintes itens: a) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido - DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT e respectivas Notas Explicativas; b) outros assuntos de interesse da Entidade. Em discussão o primeiro item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu   apreciação e aprovação da Di-

retoria Executiva as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido - DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT e as respectivas Notas Explicativas, o qual foi por todos aprovados. Em seguida, a Diretoria Executiva deliberou pela submissão, ao Conselho Deliberativo, dos referidos resultados para aprovação daquele colegiado. Finalmente, passando para o item “b” da Ordem do Dia, o Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou a Sra. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Guarulhos, 23 de Fevereiro de 2018.

Ronaldo de Andrade Florido
Presidente da Mesa

Angélica Alves de Araújo
Secretária da Mesa

Delany K. S. C. Rocha

Ata da Reunião Ordinária da Diretoria Executiva

Aos dezesseis dias do mês Março do ano de 2018, às 14:00, na sede da Entidade, á Rua Jati, 310, Bairro de Cumbica, Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, reuniu-se a Diretoria Executiva da PREVCUMMINS - Sociedade de Previdência Privada. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Diretor Superintendente, Sr. RONALDO DE ANDRADE FLORIDO, que indicou a mim, ANGÉLICA ALVES DE ARAÚJO, para secretariá-lo. Instalada a reunião, por determinação do Sr. Presidente, procedi a leitura da Ordem do Dia, devendo os Srs. Diretores discutir e deliberar sobre os seguintes itens: a) o relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017; e b) outros assuntos de interesse da Entidade. Em discussão o primeiro item da Ordem

do Dia, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e aprovação da Diretoria Executiva o relatório dos Auditores Independentes, o qual foi por todos aprovados. Em seguida, a Diretoria Executiva deliberou pela submissão, ao Conselho Deliberativo, dos referidos resultados para aprovação daquele colegiado. Finalmente, passando para o item “b” da Ordem do Dia, o Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou a Sra. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Guarulhos, 16 de Março de 2018.

Ronaldo de Andrade Florido
Presidente da Mesa

Angélica Alves de Araújo
Secretária da Mesa

Delany K. S. C. Rocha

Glossário

Balço Patrimonial

Registro contábil resumido do estado patrimonial de uma empresa ou Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), que apresenta os saldos credores e devedores num certo período. O documento deve demonstrar a exata situação econômico-financeira da Entidade e dar por encerradas as operações contábeis do período.

BPD

Participantes com Benefício Proporcional Diferido, ou seja, aqueles que já se desligaram da empresa Patrocinadora, mas mantiveram seus recursos no plano e aguardam a elegibilidade a um benefício de aposentadoria.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Apresenta os fatos contábeis modificativos do Ativo Líquido – adições e destinações – de cada Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela Entidade.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Apresenta as destinações dos Planos de Benefícios Previdenciais e assistenciais geridos pela Entidade e da Gestão Administrativa, cuja soma resulta nos valores que aumentam ou diminuem o Patrimônio Social da Entidade.

Demonstração da Provisão Técnica

Demonstração que apresenta a composição das provisões técnicas de cada Plano de Benefícios Previdenciais administrados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC).

Demonstração do Ativo Líquido

Apresenta a composição e o valor do Ativo de cada Plano de Benefícios administrado pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), deduzido das obrigações operacionais e contingenciais, dos fundos não Previdenciais (Fundo Administrativo e Fundo dos Investimentos).

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

Apresenta os resultados administrativos consolidados, contendo a abertura das receitas e despesas administrativas comuns e específicas da Entidade na gestão dos Planos de Benefícios Previdenciais.

Demonstrações Financeiras

Conjunto de demonstrativos financeiros que compõem o Relatório Anual de uma empresa.

Demonstrativo de Investimentos

Radiografia das aplicações financeiras dos Planos de Benefícios feitas mensalmente pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), mas cuja divulgação para Participantes e Assistidos, por mudanças na legislação, passou a ser anual em 2006.

Despesa Administrativa

Valor gasto com a administração do Plano de Benefícios.

Notas Explicativas

Informações mais detalhadas sobre assunções contábeis ou da operação em geral de uma empresa, que são adicionadas aos demonstrativos contábeis.

Parecer Atuarial

Documento elaborado pelo atuário que certifica o nível de reservas e situação financeiro-atuarial do Plano em determinada data.

Patrimônio Social

Diferença entre o valor dos Ativos e dos Passivos operacionais e contingenciais nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e Planos de Benefícios Previdenciais.

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Ente contábil com a finalidade de registrar as atividades referentes à Gestão Administrativa da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), na forma do seu Regulamento.

Política de Investimentos

Sintetiza os objetivos e metodologia na alocação dos recursos de cada um dos Planos administrados pela Entidade. O documento, elaborado anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo, é fundamental para administração dos recursos dos Planos de Benefícios.



Rua Jati, 310 | Cumbica | Guarulhos, SP | CEP 07180-900
(11) 2186-4627 / 4926 / 4534 | www.prevcummins.com.br

Consultoria de Marketing e Editorial: Arte da Criação
(11) 3567-2011 – www.artedacriacao.com